

PODER

Tarcísio sepulta o sonho presidencial

Governador abandona a pretensão de disputar o Palácio do Planalto e redireciona o olhar para a reeleição em São Paulo. E garante apoio ao filho 01 na disputa contra Lula

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

Depois de vários movimentos ambíguos no tabuleiro eleitoral, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) enterrou, ontem, as possibilidades de disputar a corrida presidencial deste ano. Ao sair da visita ao ex-presidente Jair Bolsonaro, preso no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal — a Papudinha —, anunciou que buscará a reeleição ao governo paulista. E que se engajará na campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao Palácio do Planalto.

“A gente (ele e Bolsonaro) conversa sobre isso desde 2023, que meu interesse é ficar em São Paulo. Isso não tem controvérsia nenhuma, eu tenho uma linha de coerência. Tenho comprometimento ao estado de São Paulo. Sou grato ao estado de São Paulo”, frisou Tarcísio aos jornalistas que o aguardavam próximos à Papudinha e sob o olhar atento do vereador carioca Carlos Bolsonaro, que tentará uma cadeira no Senado por Santa Catarina.

Reforçou, ainda, que “nunca” teve como objetivo disputar uma eleição nacional. E deixou claro que ajudará o filho 01 na disputa presidencial. “Sem dúvidas, como tenho afirmado constantemente. Não tem dúvida com relação a isso”, garantiu.

Tarcísio abdica da corrida presidencial por pressão do clã Bolsonaro. Apesar de ser apontado em várias pesquisas de opinião como o único candidato da direita capaz de fazer uma dura disputa contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, isso não sensibilizou o ex-presidente nem os filhos — que várias vezes os atacaram, a fim de minar suas possibilidades de ser o representante do bolsonarismo. A pás de cal na pretensão do governador em concorrer veio quando Flávio divulgou carta de próprio punho escrita pelo pai, quando ainda estava preso na Superintendência da Polícia Federal (PF), de que seria ele que levaria o nome da família para a disputa ao Palácio do Planalto.

O governador paulista pretendia galvanizar não apenas os votos do bolsonarismo, mas, também, os da centro-direita que rejeita a hipótese de apoiar Lula nas urnas. Para isso, tinha até mesmo um rescaldo de peso nas hostes do bolsonarismo: o do pastor Silas Malafaia, que em recente entrevista chegou a dizer que a candidatura de Flávio não empolgava.

Além disso, Tarcísio era apontado como o nome que representaria a “Faria Lima” — o coração do mercado financeiro nacional —, que jamais escondeu a aversão a Lula. O governador, aliás, explicitou a hipótese de se lançar à Presidência em 12 de novembro de 2025, quando afirmou que pretendia apresentar um “projeto para o Brasil” este ano. Disse mais: que, com ele, o país daria “o salto que tanto esperava”.

Recomposição

Depois de ser duramente atacado pelos filhos de Bolsonaro, Tarcísio tenta recompor pontes com



A gente (ele e Bolsonaro) conversa sobre isso desde 2023, que meu interesse é ficar em São Paulo. Isso não tem controvérsia nenhuma, eu tenho uma linha de coerência. Tenho comprometimento ao estado de São Paulo. Sou grato ao estado de São Paulo.

Governador Tarcísio de Freitas

o entorno do ex-presidente — que já começava a fazer circular a ideia de que o governador era “ingrato” e que, por isso, seria um “traidor”. Sobretudo, depois que adiou a visita que faria, na semana passada, ao ex-presidente, decisão que foi entendida como um sinal de independência em relação ao clã. Tarcísio argumentou, então, compromisso de agenda e que viria à Papudinha depois.

Na conversa com Bolsonaro, o governador tratou da filiação do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, ao PSD. Segundo Tarcísio, a movimentação foi bem recebida pelo ex-presidente, que teria avaliado que Caiado “soma” à disputa eleitoral pelo espectro da direita.

“O presidente elogiou Caiado para mim. Tem consideração por ele e entende que soma”, afirmou.

Aliás, para Tarcísio, as várias pré-candidaturas no campo da

direita não são um problema, pois o processo, segundo ele, tende à convergência em torno do nome mais viável eleitoralmente.

Pedidos negados

A visita do governador ao padrinho político ocorreu no mesmo dia em que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou os pedidos da defesa de Bolsonaro para autorizar visitas do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, a Bolsonaro. Anteriormente autorizadas às quartas e quintas-feiras, passam a ocorrer às quartas e sábados, atendendo a pedido da Polícia Militar do Distrito Federal para reorganizar o fluxo interno da unidade e reforçar a segurança. O ministro ainda manteve a autorização para que o ex-presidente receba assistência religiosa de um padre.

No caso de Magno Malta, o ministro citou informações repassadas pela polícia segundo as quais o senador teria tentado ingressar

no presídio sem autorização, utilizando indevidamente prerrogativas parlamentares para entrar em áreas de segurança máxima. Para Moraes, a conduta comprometeu a disciplina do batalhão responsável pela custódia e a segurança do sistema prisional.

“Tal conduta gera riscos desnecessários à disciplina do batalhão e à segurança do próprio sistema de custódia, obstaculizando o deferimento do pedido”, observou Moraes.

No caso de Valdemar Costa Neto, a recusa se baseou no fato de o presidente do PL ser investigado no inquérito que apura a trama golpista. Segundo o ministro, o contato entre investigado e condenado no mesmo contexto representaria risco às investigações.

“A autorização de contato direto entre investigado e condenado em procedimentos correlatos apresenta risco manifesto à investigação e foi vedado em decisão anterior”, destacou.

Moraes também determinou mudanças na rotina de visitas a Bolsonaro. Anteriormente autorizadas às quartas e quintas-feiras, passam a ocorrer às quartas e sábados, atendendo a pedido da Polícia Militar do Distrito Federal para reorganizar o fluxo interno da unidade e reforçar a segurança. O ministro ainda manteve a autorização para que o ex-presidente receba assistência religiosa de um padre.

do centro. Além de Ratinho Júnior, outros governadores com projeção nacional adotaram discurso semelhante, como Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo; Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais; e Ronaldo Caiado (PSD), de Goiás.

Segundo entendimento do STF, crimes contra o Estado Democrático de Direito — pelos quais Bolsonaro foi condenado — não admitiriam indulto ou graça. Nesses casos, eventual concessão do benefício poderia ser anulada pela Corte.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabt.com.br





Antes de tudo, escândalo do Master é caso de polícia

A politização do caso Banco Master, que mudou seu eixo para disputas institucionais, alegações de perseguição ou conflitos entre Poderes, é uma estratégia de defesa dos envolvidos que tem certa eficácia nos tribunais superiores do país, como um dos efeitos colaterais da chamada “judicialização da política”, protagonizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Entretanto, já não é possível volatilizar o ponto central evidenciado pelas investigações: o que está em apuração são crimes tipificados na legislação penal e financeira brasileira, com indícios relevantes de violação ao Sistema Financeiro Nacional e de lesão direta ao patrimônio público e privado.

Trata-se, antes de tudo, de um caso de polícia, que deve ser tratado com investigação técnica, contraditório e responsabilização individual, nos estritos termos do devido processo legal. Cabe ao STF, arrastado para a politização do escândalo financeiro, restabelecer essa centralidade. Lavagem de dinheiro, organização criminosa, gestão fraudulenta e temerária, estelionato, falsidade documental, evasão de divisas e apropriação indébita são tipos penais objetivos, dependem de provas, perícias e decisões judiciais fundamentadas para serem devidamente esclarecidos e seus responsáveis punidos.

Com a Operação Compliance Zero, conduzida pela Polícia Federal (PF), sob supervisão do STF, a questão caiu no colo do ministro Dias Toffoli. A nota divulgada ontem por seu gabinete para esclarecer sua atuação, ao detalhar o sorteio do relator, a validação das cautelares, a rejeição de nulidades, a negativa de composição amigável e a prorrogação das diligências a pedido da autoridade policial, não absolve investigados nem antecipa julgamentos, porém, restabelece a centralidade da apuração criminal. Concluídas as investigações, caberá a ele apartar o que será encaminhado às instâncias ordinárias, sem risco de nulidades, e o que ficará sob jurisdição do Supremo, por envolver personagens com foro privilegiado.

Esse entendimento, ao que tudo indica, é uma saída salomônica pactuada no âmbito do STF. Toffoli adquiriu tal protagonismo no caso que o foco das atenções da sociedade se deslocou dos investigados para o comportamento dos ministros da Corte e de seus parentes próximos. Entretanto, nem por isso os fatos investigados deixam de ser graves, nem os valores envolvidos diminuem de tamanho. Todo esse barulho ocorre porque o principal envolvido no escândalo foi um círculo das “relações públicas”, digamos assim, junto aos poderosos de Brasília: o banqueiro Daniel Bueno Vorcaro.

Controlador do Banco Master, Vorcaro é apontado pela PF como chefe de uma organização criminosa estruturada para atuar contra o sistema financeiro. A suspeita nuclear é a venda de carteiras de crédito fictícias ao Banco de Brasília (BRB), em uma transação que teria alcançado R\$ 12,2 bilhões. Preso na primeira fase da operação e, posteriormente, solto por decisão judicial, Vorcaro cumpre medidas cautelares enquanto as apurações avançam. Na primeira fase, a PF apreendeu cerca de R\$ 230 milhões em bens — obras de arte, joias e valores — atribuídos ao núcleo do grupo.

Politização atrapalha

A investigação se expandiu para o entorno empresarial e financeiro do conglomerado. O empresário e pastor Fabiano Campos Zettel, cunhado de Vorcaro, foi preso temporariamente na segunda fase da operação e solto no mesmo dia. É investigado por possíveis crimes contra o sistema financeiro e por sua atuação em estruturas patrimoniais associadas ao grupo. Chama atenção o fato de Zettel ter sido um dos maiores doadores eleitorais de 2022, com aproximadamente R\$ 5 milhões em repasses.

Outro investigado é João Carlos Mansur, fundador e ex-executivo da Reag Investimentos (atual CBF DTVM), alvo de buscas e apreensões. As suspeitas incluem movimentações atípicas, indícios de lavagem de dinheiro, inflar resultados e ocultar riscos por meio de fundos, em benefício do grupo Master. Mansur não foi preso, mas já figurou em apurações anteriores relacionadas a lavagem de dinheiro em outros contextos, o que ampliou as investigações sobre sua atuação.

Essa segunda fase também alcançou o empresário Nelson Tanure, apontado pela PF e pela Procuradoria-Geral da República (PGR) como possível “sócio oculto” ou financiador indireto, por meio de fundos e estruturas societárias complexas. Tanure foi alvo de buscas e teve patrimônio bloqueado por decisão judicial. Sua defesa nega qualquer participação societária ou controle do Banco Master.

Do ponto de vista sistemático, os números são agravantes. O BRB pode precisar constituir até R\$ 5 bilhões em provisões para cobrir perdas relacionadas às operações com o Master. A liquidação extrajudicial do banco, medida extrema, ocorreu após o BC vetar a compra do Master pelo BRB e identificar problemas de liquidez.

Paralelamente, o BC abriu sindicância interna para apurar falhas de supervisão, diante da gravidade institucional do episódio. O impacto potencial agregado do caso Master no mercado, incluindo a exposição do Fundo Garantidor de Créditos, fundos de pensão e investidores não cobertos, pode alcançar entre R\$ 47 bilhões e R\$ 50 bilhões.

A politização do caso pelos envolvidos embaraça as investigações e obscurece a sua natureza. As fraudes do Banco Master permanecem na esfera penal. São um caso de polícia.

Ratinho Jr. daria indulto aos golpistas

8 de janeiro”, afirmou em entrevista à CNN Brasil.

Na opinião do governador, as penas impostas pelo STF foram “excessivas” e defendeu que os envolvidos respondam por crimes de vandalismo. Para sustentar o argumento, Ratinho Júnior citou episódios ocorridos no Paraná e afirmou que invasões à Assembleia Legislativa do estado protagonizadas por apoiadores do PT não resultaram em punições semelhantes.

Já aconteceu no meu estado, onde o PT invadiu a Assembleia Legislativa por duas vezes.

Naquela época ninguém foi punido”, comparou.

Para o governador, eventuais medidas de clemência poderiam ser consideradas como instrumento de pacificação. “Acho que esses vândalos estão errados, precisam ser tratados como criminosos em cima de um crime de vandalismo. Mas acho que, se for necessário para pacificar o país, é necessário fazer isso”, observou.

A defesa de um indulto ao ex-presidente e aos condenados pelos atos de 8 de janeiro não é inédita entre nomes da direita e

do centro. Além de Ratinho Júnior, outros governadores com

projecção nacional adotaram discurso semelhante, como Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo; Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais; e Ronaldo Caiado (PSD), de Goiás.

Segundo entendimento do STF, crimes contra o Estado Democrático de Direito — pelos quais Bolsonaro foi condenado — não admitiriam indulto ou graça. Nesses casos, eventual concessão do benefício poderia ser anulada pela Corte.